



## COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO

### ATA NÚMERO 252/XII/4.ª SL

Aos vinte e cinco dias do mês de março de 2015, pelas 12:00 horas, reuniu a Comissão de Segurança Social e Trabalho, na sala n.º 4 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da ata n.º 250;
2. Apreciação e votação do relatório sobre a Proposta de que altera o Regulamento (UE) n.º 1304/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo ao Fundo Social Europeu, no que respeita ao aumento do pré-financiamento inicial pago a programas operacionais apoiados ao abrigo da Iniciativa para o Emprego dos Jovens [[COM\(2015\)46](#)]  
Deputada relatora: Joana Barata Lopes (PSD);
3. Distribuição das seguintes iniciativas legislativas agendadas para o Plenário de 8 de abril:
  - a. PPL n.º 291/XII (4.ª) (GOV) - Transforma a Câmara dos Despachantes Oficiais em Ordem dos Despachantes Oficiais e altera o respetivo Estatuto, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 173/98, de 26 de junho, em conformidade com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais bem como parecer da Câmara dos Despachantes Oficiais  
Deputado autor do parecer: GP (PSD);
  - b. PPL n.º 292/XII (4.ª) (GOV) - Aprova o novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, em conformidade com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais bem como parecer da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas  
Deputado autor do parecer: GP (PSD);
  - c. PPL n.º 293/XII (4.ª) (GOV) - Transforma a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas em Ordem dos Contabilistas Certificados, e altera o respetivo Estatuto, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de novembro, em conformidade com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais bem como parecer da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas  
Deputado autor do parecer: GP (PS);
  - d. PPL n.º 303/XII (4.ª) (GOV) - Aprova o novo Estatuto da Ordem dos Médicos Veterinários, conformando-o com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais

Deputado autor do parecer: GP (CDS-PP);

4. Distribuição das seguintes iniciativas legislativas agendadas para o Plenário de 16 de abril:

a. PPL n.º 294/XII (4.ª) (GOV) - Altera o Estatuto da Ordem dos Economistas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 174/98, de 27 de junho, em conformidade com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais

Deputado autor do parecer: GP (PSD);

b. PPL n.º 301/XII (4.ª) (GOV) - Altera o Estatuto da Ordem dos Engenheiros, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/92, de 30 de junho, em conformidade com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais

Deputado autor do parecer: GP (PS);

c. PPL n.º 302/XII (4.ª) (GOV) - Altera o Estatuto da Ordem dos Engenheiros Técnicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 349/99, de 2 de setembro, em conformidade com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais

Deputado autor do parecer: GP (PSD);

d. PPL n.º 295/XII (4.ª) (GOV) - Aprova o novo Estatuto da Ordem dos Arquitetos, conformando-o com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais

Deputado autor do parecer: GP (PSD);

e. PPL n.º 296/XII (4.ª) (GOV) - Aprova o novo Estatuto da Ordem dos Biólogos, conformando-o com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais

Deputado autor do parecer: GP (PS);

5. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo GP do PS propondo a audição do Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, Dr. Armando Leandro;

6. Outros assuntos.

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado José Manuel Canavarró (PSD), que presidiu à reunião, iniciou os trabalhos pondo em apreciação a ata n.º 250, referente à reunião de 11 de março, a qual, submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

No ponto seguinte da Ordem do Dia, a Senhora Deputada Joana Barata Lopes (PSD) apresentou de forma detalhada o relatório sobre a COM(2015)46.

O Senhor Deputado Nuno Sá (PS) interveio de seguida felicitando a relatora pelo trabalho técnico realizado. Lembrou que, como do ponto de vista político, este tema tem uma dimensão social muito importante, particularmente para os jovens, constitui exemplo do péssimo funcionamento da UE quando é alterado em 2015 um Regulamento que tem incidência na Garantia Jovem, a qual teve início em 2012, e sem se verificarem quaisquer

resultados importantes. Lembrou que os GP do PSD e do CDS-PP também não deram um grande contributo a esse respeito, ao não votarem favoravelmente projetos de resolução apresentados pelo GP do PS sobre o tema.

Submetido à votação, foi o relatório aprovado por unanimidade.

No terceiro ponto da Ordem do Dia, foram distribuídas as seguintes iniciativas legislativas: da Proposta de Lei n.º 291/XII (4.ª) (GOV) foi designada autora do parecer a Deputada Isilda Aguincha (PSD); da Proposta de Lei n.º 292/XII (4.ª) (GOV) o Deputado Pedro Roque (PSD); da Proposta de Lei n.º 293/XII (4.ª) (GOV) o Deputado Nuno Sá (PS); da Proposta de Lei n.º 303/XII (4.ª) (GOV) o Deputado Artur Rêgo.

No quarto ponto da Ordem do Dia, da Proposta de Lei n.º 294/XII (4.ª) (GOV) foi designada autora do parecer a Deputada Teresa Costa Santos (PSD); da Proposta de Lei n.º 301/XII (4.ª) (GOV) o Deputado António Cardoso (PS); da Proposta de Lei n.º 302/XII (4.ª) (GOV) a Deputada Andreia Neto (PSD); da Proposta de Lei n.º 295/XII (4.ª) (GOV) a Deputada Joana Barata Lopes (PSD); e da Proposta de Lei n.º 296/XII (4.ª) (GOV) o Deputado Mário Ruivo (PS).

No quinto ponto da Ordem do Dia, o Senhor Deputado Nuno Sá (PS) apresentou de forma sucinta o requerimento para audição do Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, Dr. Armando Leandro, designadamente por os Deputados do GP do PS questionarem se as CPCJ têm neste momento condições mínimas para o cumprimento das suas atribuições em virtude da situação dos recursos humanos que lhes estão afetos. Submetido à votação, foi o requerimento aprovado por unanimidade.

O Senhor Presidente sugeriu que aquela audição podia ter lugar no próximo dia 1 de abril da parte da manhã ou no dia 7 de abril da parte da tarde, de acordo com a disponibilidade do Dr. Armando Leandro, ficando os serviços de apoio da Comissão encarregados de procederem a esse agendamento.

Nada mais havendo a tratar, foi a reunião encerrada pelas doze horas e quarenta e cinco minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será assinada.

**O Presidente,**



(José Manuel Canavarro)

Palácio de São Bento, 07 de abril de 2015.

**COMISSÃO DE SEGURANÇA SOCIAL E TRABALHO**

**Reunião de 25 de março de 2015**

**Folha de Presenças**

(Ata n.º 252/XII/ 4.ª SL)

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva  
Andreia Neto  
Arménio Santos  
Artur Rêgo  
Catarina Marcelino  
Clara Marques Mendes  
Idália Salvador Serrão  
Joana Barata Lopes  
João Figueiredo  
João Paulo Pedrosa  
Jorge Machado  
José Manuel Canavarro  
Maria das Mercês Borges  
Mariana Aiveca  
Mário Ruivo  
Miguel Laranjeiro  
Nuno Sá  
Pedro Roque  
Teresa Costa Santos  
António Cardoso  
David Costa

Faltou a seguinte Senhora Deputada:

Sónia Fertuzinhos

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar a seguinte Senhora Deputada:

Inês Teotónio Pereira